

LIBERTAS

Programa de Enfretamento da Vulnerabilidade em Ambientes Prisionais

**VIVIAN PINHEIRO SCHÖNHOFEN¹; AMANDA D'ANDREA LOWENHAUPT
GUIMARAES²; ANA MARIA OLIVEIRA SEVERIANO DE ASSIS³;
LUIZA RODRIGUES DOS SANTOS⁴; MARIANA LEITUNE COSTA⁵;
BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶.**

¹ Universidade Federal de Pelotas – vivianschonhofen@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – amandalowenhaupt@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Pelotas – anamariaassis@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – luiza.rsantos@yahoo.com.br

⁵ Universidade Federal de Pelotas – marianaleitunecosta@hotmail.com

⁶ Universidade Federal de Pelotas – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O programa de extensão LIBERTAS, desenvolvido no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, possui como objetivo precípua o enfrentamento da vulnerabilidade em ambientes prisionais, através da luta pela preservação dos direitos humanos dentro do sistema processual penal.

Destina-se à reflexão e construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais nas seguintes abordagens: sistemas jurídico-penais; crime e violência; punição e controle social; e vulnerabilidade social.

O programa objetiva, assim, a elaboração de políticas sociais em parceria com a comunidade na tentativa de superação do atual modelo prisional. A partir da compreensão do papel perverso que desenvolve o sistema penal, principalmente em nossa região marginal, visa-se fomentar o pensamento científico na luta por um sistema penal humanista e menos estigmatizante.

São projetos abarcados pelo programa LIBERTAS: o Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS); o DEFENSA - Assessoria Criminal Popular; o curso de capacitação para profissionais do sistema penitenciário; e a assessoria jurídica penitenciária.

Logo, o LIBERTAS visa a realização de ações que conciliem ensino, pesquisa e extensão, forjando um sistema completo e que aprimora a produção do conhecimento ao permitir a interação de atores diversos, como professores, estudantes e a comunidade social.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada no desenvolvimento do programa de extensão LIBERTAS busca trabalhar conjunta e articuladamente ensino, pesquisa e extensão.

O ensino é desenvolvido por meio de oficinas e minicursos semestrais, ministrados por professores convidados e pelos colaboradores do programa. Ademais, são realizadas discussões de literatura jurídico-penal entre alunos, professores e a comunidade em geral.

Como exemplo das atividades de ensino do programa LIBERTAS, tem-se o Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS), o qual visa a preparação acadêmica para a compreensão da realidade social, através de

aprimoramento teórico e da busca de formas hábeis a enfrentar a problemática dos modelos de punição e de controle social excludentes.

Já a pesquisa é realizada por meio de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos alunos integrantes do LIBERTAS, tendo por base os conhecimentos adquiridos com as atividades desenvolvidas pelo programa, com a consequente produção científica apresentada e publicada em congressos locais, regionais e nacionais.

Por fim, a extensão, que é a base do programa, se desenvolve através da efetivação de ações diretas, dentro da quais pode-se citar:

A implementação da assessoria jurídica criminal popular, a qual se encontra em plena atividade por meio do Projeto de Extensão de Assessoria Criminal Popular chamado de DEFENSA.

A elaboração de um projeto de cooperação com a Universidade Católica de Pelotas (representada pelo GITEP – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminal-Penitenciários) e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), representada pela 5^a Delegacia Penitenciária Regional. O objetivo desse projeto é a criação de um grupo de estudos e debates em favor da assistência jurídica dos presos, visando a atuação jurídica em favor das pessoas presas nas casas prisionais de Pelotas, Rio Grande, Camaquã, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Canguçu.

O desenvolvimento de um curso de formação e capacitação do pessoal penitenciário como também a ampliação de projetos de fomento e financiamento de recursos para essas ações, bem como o projeto de assessoria jurídica penitenciária.

Ademais, outras atividades são realizadas e efetivadas na comunidade da cidade de Pelotas ou localidades próximas, como as oficinas sobre violência doméstica, adolescente em conflito com a lei e etc.

As atividades do programa são divulgadas no ambiente universitário e nas comunidades atingidas por meio da plataforma eletrônica do Programa LIBERTAS (wp.ufpel.edu/libertas). Há ainda a publicação do Boletim LIBERTAS, um periódico destinado à divulgação de textos correspondentes às abordagens deste programa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (GEPUCS) se encontra em atividade desde 2012, já tendo realizado um apanhado histórico acerca das estratégias de punição e de controle social no Brasil desde 1822 até o fim da Ditadura Militar. Atualmente, o calendário dos seminários envolve o estudo da Execução Penal, enfrentando-se a questão da vulnerabilidade através de textos de autores nacionais e internacionais e da busca pelo estreitamento da parceria universidade-cárccere.

O Projeto DEFENSA – Assessoria Criminal Popular também está em atividade, mediante a participação discente em atendimento à comunidade pelotense. Os encontros são semanais, sendo que os discentes estão divididos em dois grupos, um que se reúne às quartas-feiras e outro que reúne às quintas-feiras. Ademais, os discentes contam com a supervisão docente e com a orientação de advogados voluntários selecionados. Com efeito, o DEFENSA, além da assistência judiciária, realiza atividades de assessoria criminal, oportunidade em que os discentes e docentes efetuam atividades diretamente com a comunidade pelotense acerca de matérias afeitas às Ciências Criminais.

Desde junho de 2015, iniciou-se um projeto de cooperação com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE/RS), representada pela 5^a Delegacia Penitenciária Regional, e o Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminal-Penitenciários (GITEP) da Universidade Católica de Pelotas. O projeto visa possibilitar o amplo acesso à justiça da população carcerária. Estão sendo realizadas reuniões por meio de grupo de estudos e debates semanais, além do curso de formação e capacitação do pessoal penitenciário e a ampliação de projetos de financiamento de recursos para a implementação de mais ações.

Pretende-se, ademais, a continuação do projeto de capacitação de profissionais do agente penitenciário, com o fito específico de aprimorar a práxis laboral a partir da apreensão crítica do papel institucional do cárcere.

Por fim, o projeto de assessoria jurídica penitenciária, que ainda se pretende desenvolver, destina-se ao treinamento da atividade forense na área da execução criminal, preparando os alunos para a prática junto ao cumprimento da pena por meio da elaboração de peças processuais e o acompanhamento processual da população carcerária da cidade de Pelotas e região.

Concomitantemente com a práxis, será aperfeiçoado o aprendizado teórico, através de grupos de estudos, seminários e debates com a finalidade de manter sempre atualizado o referencial teórico na seara da execução penal. Aliado à prática e à teoria, a promoção do acesso à justiça para a população encarcerada da cidade de Pelotas e região, eminentemente marginalizada socialmente, consolida o objetivo do projeto de humanização do estudante do Curso de Direito acerca do contexto social em que ele está inserido, bem como o papel da Universidade no sentido de emancipação social de grupos especialmente vulneráveis.

4. CONCLUSÕES

Em um curto período de existência, o LIBERTAS abrange algumas características bastante destacadas: interdisciplinaridade; enfrentamento da vulnerabilidade prisional; contato com a comunidade externa e com órgãos públicos presentes em nossa sociedade; diversidade e confronto horizontal de pensamentos para qualificar as ações em prol das pessoas presas; e estímulo ao tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade.

A relevância do Libertas se concentra no cumprimento da função social das instituições de ensino superior. Pois, aproximando-se da realidade social de grupos em vulnerabilidade e privados da liberdade, é possível trazer à Universidade a discussão das reais demandas da sociedade e, a partir da compreensão das mesmas, compor mecanismos capazes de promover uma transformação social.

Dessarte, através do LIBERTAS efetivam-se medidas práticas voltadas para o desenvolvimento da área dos Direitos Humanos no Sistema Prisional e de ações táticas acerca das problemáticas encontradas no atual sistema penal e, especialmente, prisional do Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal.

Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

BAUMAN, Zigmund. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, H. Los Extraños. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1971.

BITENCOURT, Cesar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra, 1984.

FILHO, R.L. Criminalidade e Sociedade. Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, DF, v. 2, n. 6, p. 26-43, 1965.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARLAND, David. Punishment and Modern Society. Oxford: Clarendon Press, 1990.

LARRAURI, Elena. La Herencia de la Criminología Crítica. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.

LOMBROSO, Cesare. O Homem Criminoso. Tradução por Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1983.

LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORIN, Edgar. Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2014.

OLMO, Rosa del. A América Latina e sua Criminologia. Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

PAVARINI, Massimo. Control y Dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico. Tradução por Ignacio Munagorri. México: Siglo Veintiuno, 1988.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em Busca das Penas Perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução de: Vânia Romano Pedrosa & Almir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003